

**POR QUE (NÃO) LER OS CLÁSSICOS:
COMO (NÃO) FORMAR LEITORES NO ENSINO MÉDIO**

Roberto Nunes Bittencourt (UniSignorelli)
robertonbitt@gmail.com

RESUMO

As iniciativas de formação de leitores no Ensino Médio são sempre muito heterogêneas, algumas com práticas tradicionais e outras com inovações no plano conteudístico. Entretanto, a indisponibilidade de recursos em algumas escolas e até o perfil do professor de Língua Portuguesa e de Literaturas interpõem como alguns entraves nesse contexto, além de muitos outros dilemas que permeiam o processo de incentivo à leitura em adolescentes e jovens. Diante de uma sociedade que atravessa uma fase ultratecnológica, com tanto conteúdo transmídia, a leitura de obras literárias, tanto as impressas quanto as digitais, se manifesta como um percalço de ordem cultural. Soma-se a isso um outro problema difícil de ser contornado diante desses estudantes de uma geração conectada: que obras devem ser usadas para as atividades iniciáticas desse público ao universo dos livros e da leitura? É muito comum se fazer referência em material didático aos clássicos. Por conseguinte, uma quase totalidade de professores, não somente da área de Língagens, acredita que esse é o percurso mais acertado e significativo. Desse modo, algumas questões emergem em torno dessa prática tão disseminada que precisamos examinar de maneira detida. Além disso, é preciso estabelecer alguns conceitos fundamentais, a exemplo do que pode ser considerado um clássico e qual a estratégia mais promissora a ser operacionalizada nessa tentativa de ler Literatura no Ensino Médio.

Palavras-chave:

BNCC. Literatura. Ensino Médio.

ABSTRACT

As reader training initiatives in high school are always very heterogeneous, some traditional practices and other innovations in terms of content. However, an unavailability of resources in schools and in the profile of the Portuguese Language and Literature teacher pose some obstacles in this context, in addition to many other dilemmas that permeate the process of encouraging reading in adolescents and young people. Faced with a society that is going through an ultra-technological phase, with so much transmedia content, a reading of literary works, both printed and digital, manifests itself as a cultural mishap. Could it be that this is another problem of being difficult to circumvent these students of a connected generation: which works should be used for initiatory activities from this audience to that of books and reading? It is very common to make reference in teaching material to the classics. Therefore, almost all teachers, not just in the Languages area, believe that this is the most correct and significant path. In this way, some questions emerge around this practice so publicized that we examined the detained manner. In addition, it is necessary to establish some fundamental concepts, an example that can be considered a classic and the most promising strategy to be operationalized in an attempt to read Literature in High School.

Keywords:

BNCC. Literature. High School.

A Base Nacional Comum Curricular (2018), em seu texto sobre a área de Linguagens no Ensino Médio, afirma que no que concerne à literatura, a leitura do texto literário deve ser um elemento nuclear nessa etapa de ensino, assim como acontece no Ensino Fundamental. Dentro desse mesmo recorte, o documento esclarece, ainda, que essa leitura deve ocupar mais espaço entre as práticas educativas, uma vez que ultimamente ela foi sendo paulatinamente substituída por acesso, uso e consumo de outros produtos culturais, como é o caso das HQs. Assim, há um nítido posicionamento em que se coloca a leitura do texto literário como claramente distinta de outras leituras e, também, como superior a elas.

Nesse sentido, a própria BNCC reproduz em sua abordagem uma ideia amplamente veiculada: a leitura de textos literários consagrados como um importante recurso pedagógico. Em muitos casos, aqui o texto não deixa dúvidas também, não se trata apenas de ser um caminho para a fruição das práticas de leitura, mas aquela que pode conferir ao estudante legítima proficiência em termos de competência leitora. O documento fala de uma sobreposição de outros objetos para conduzir o processo de leitura do mundo, destacando, inclusive, o cinema. Mesmo no campo da leitura, sugere que está sendo dada muita atenção a biografias dos autores e resumos, não se valendo o professor do texto integral.

Fica claro, nessa visão adotada por esse documento que agora cumpre um papel de orientar a educação de nível básico em nosso país, que há um posicionamento pela leitura de textos consagrados como mecanismo de letramento literário. Trataremos dessa questão mais adiante: por ora, queremos nos ater a outra política, acerca da qual concordamos plenamente: a de que há uma relevância crucial nos estudos de linguagens nas práticas de leitura. Mesmo no Ensino Fundamental, a BNCC já deixa muito nítido seu olhar para as práticas de leitura como exercício indispensável para o estudante construir suas habilidades e competências no campo das linguagens. A ideia é de um letramento linguístico que perpassa pela leitura: só não fica muito preciso no documento qual a visão sobre a leitura: se ela é um exercício crítico mais global, como Freire sugeria em seu corpo teórico, ou se é apenas um dispositivo cognitivo ligado a todo o conjunto da formação basilar do educando, com um viés mais sistêmico que dialético.

No entanto, não é sobre o que a BNCC dispõe sobre a leitura que desejamos expor aqui neste momento, mas a nossa própria concepção dela enquanto instrumental e exercício de fruição intelectual. Ler é um ato político, permite se inteirar de toda uma realidade traduzível em textos, orais

e escritos. Você só consegue compreender e interpretar se tivera capacidade de ler diferentes produtos culturais. A leitura de materiais impressos e digitais é uma das formas de se apoderar do nosso mundo tão rico em expressões, ideários e construtos. Nunca foi tão importante ter uma noção clara do que acontece ao nosso redor como tem sido nos últimos tempos. Muitas das nossas impressões sobre o que nos cerca pode advir de nossas leituras, que trazem uma riqueza e diversidade de conhecimentos impressionantes.

A leitura também é dotada de uma relevância acadêmica inerente, muitas vezes apontada como sua dimensão primária. É essa leitura formativa que é tão estudada e buscada no espaço escolar, nas universidades, nos centros de estudos e pesquisas, em locais em que temos acesso a outros conhecimentos, com os quais não tínhamos entrado em contato antes. Nesse universo, a leitura serve como um elo entre o que ignoramos e o que precisamos apreender para termos uma evolução dentro de nosso quadro socioformativo. É uma possibilidade de explorar muitas nuances do saber, das artes, das ciências e de toda estruturação de informações, que pode se tornar sabedoria prática. A leitura não é o único ponto de contato com essa sabedoria, mas continua sendo encarada como uma forma inteiramente sofisticada de se fazer isso. Alguns defendem que ela permite uma aproximação direta com toda essa fonte de cultura, erudição, sapiência que a humanidade conseguiu acumular ao longo de sua trajetória.

A importância da leitura é incontestável, até mesmo os jovens não discutem isso, embora confessem (em muitos casos) não conseguir gostar de ler ou fazer isso com frequência. Mesmo nos estudos regulares, as práticas de leitura demonstram pouca familiaridade com os livros. De uma forma geral, a sociedade lê menos agora. Não que ela leia menos conteúdo escrito, isso não parece ser uma realidade observável. Para isso, basta lembrarmos que até nossa comunicação mais usual hoje é por meio da escrita, o que nos força uma leitura contínua ao longo do dia. Entretanto, a leitura como um exercício, como mecanismo de aprendizagem, como fruição intelectual, como hábito cotidiano, essas manifestações estão se tornando mais restritas. Em seu lugar, outras formas de leitura e acesso ao saber e à cultura têm se instalado em nossa sociedade já faz algum tempo.

É por isso que a Base Nacional Comum Curricular propõe o que chama de resgate da leitura do texto literário. Assim, ela apresenta a leitura de HQs e o consumo de outros gêneros de acesso a conteúdo diverso se impondo hoje como substitutos dessas práticas de leitura do texto literário. De fato, é o que temos observado. Primeiramente, é preciso atentarmos

para a leitura das HQs, que são um gênero híbrido, que tanto apresentam conteúdo em prosa quanto em imagem. Sua leitura está solidamente disseminada entre os jovens cada vez mais interessados em narrativas que são exploradas em longas seriações. Os mangás, por exemplo, se tornaram uma mídia extremamente consumida em nosso país, presentes em livrarias físicas e em sites que comercializam publicações de todos os tipos. É óbvio que essa leitura é significativa, tem sua importância dentro do que apresentaremos a seguir. Entretanto, ela aqui serve como um indicativo de que os livros mais convencionais são uma opção secundária.

Por sua vez, mais preocupante que ler apenas HQs ou se deter nesse tipo de leitura, temos uma outra distração que se dá perfeitamente ao propósito de conectar os jovens a narrativas, assim como os livros, de maneira mais cativante. Não se trata, na verdade, de uma única forma de distração, mas também pode ser usada como ferramenta de contato com saberes diversos. Estamos falando dos filmes, seriados e jogos digitais. Muitos livros já foram adaptados para essas outras mídias, se tornaram seriados, filmes ou jogos. Há, de fato, uma infinidade deles, abarrotando o mercado. Assim, muitos jovens já assistiram a uma série ou filme ou jogaram um jogo que foi adaptado de um livro ou até mesmo uma série de livros. Em sua maior parte do tempo, eles não se preocupam em conhecer a obra original. Preferem a versão com a qual tiveram contato e uma experiência bem mais imersiva.

Se analisarmos de forma mais detida, é justamente por isso que os jovens preferem séries, filmes e games. Não só porque esses produtos também são estruturados com técnicas narrativas tão sofisticadas quanto os livros convencionais, uma vez que também são roteirizados por experientes autores que sabem trabalhar de maneira impecável personagens, cenários e tramas, mas porque também eles oferecem uma experiência de imersão muito mais significativa que os livros, sejam eles impressos ou digitais. Os livros se concentram na fruição do leitor com o texto, explora sua imaginação, seus sentidos são mobilizados no nível da criatividade. Também é uma forma de autoria, como exploraremos mais adiante. Já séries, filmes e games permitem um contato muito mais sensorial com todo o conteúdo da narrativa. São produtos que funcionam aliando mídias diversas que viabilizam uma sinestesia capaz de fisgar o usuário. Isso faz com que os jovens, que estão em busca de momentos com intensa carga emotiva, nutram mais interesse por eles.

Diante disso, parece que o contato com os livros e até mesmo as HQs, hoje, acontecem mais em outros ambientes, em que esse tipo de

leitura é mais valorizado, e não nos espaços em que os jovens se reúnem. Em seus círculos de conversação, convivência e entrosamento, o que será mais disseminado sempre serão séries, filmes e jogos. Dificilmente você verá um jovem recomendando a outro um livro que ele tenha lido. Quando se trata de uma recomendação de leitura, quase sempre será uma HQ ou até mesmo um livro justamente de um filme, série ou jogo. Nesses casos, que são raros, surge uma certa dose de curiosidade pelo conteúdo original, para se fazer uma comparação ou para obter informação privilegiada que possa ajudá-lo na interação com o material com que ele teve o primeiro contato: saber o desfecho de uma série, quais elementos podem aparecer no jogo, se o filme pode ter uma sequência.

Por isso, a escola continua sendo o espaço privilegiado para a leitura. Desde o Ensino Fundamental, as crianças e adolescentes são estimulados a se tornarem leitores. Como os anos vão passando e o fracasso diante de tal desafio vai sendo constatado pelo professor, no Ensino Médio as investidas em torno dessa espécie de utopia docente continuam. Assim, não somente os projetos de incentivo à leitura quanto as metodologias adotadas por professores de praticamente todas as áreas do conhecimento se tornam ainda mais incisivos. Agora, os jovens possuem muitos mais motivos para se tornarem leitores, estão em sua etapa final de formação da Educação Básica. A continuidade dos estudos e sua inserção no mercado de trabalho dependem de um hábito de leitura que lhes permita ter uma carreira acadêmica ou profissional bem-sucedida.

A escola, de fato, valoriza como nenhuma outra instituição ou agente da sociedade o hábito de leitura. Embora seja esse, talvez, um dos problemas que impeça os jovens de se tornarem leitores dentro dos moldes tão sonhados. A leitura na escola é transformada em um hábito, algo a ser introjetado, a ser incluso na rotina dos jovens, uma prática corriqueira, que tem um caráter pragmático. Não se trata, por sua vez, de uma espécie de deleite, de prazer. Em seu ensaio *O prazer do texto*, Roland Barthes tenta fazer uma apologia do hábito de leitura como um fenômeno que atinge o ser humano em sua dimensão de gozo, de prazer erógeno, dentro do paradigma psicanalítico, que desde o início se torna patente em seu texto como sua influência mais marcante. Não é exatamente essa a experiência de fruição do texto que os jovens são estimulados a ter nas escolas. O professor fala da importância do ato de ler, como uma fonte de aculturação, de apreensão de novos saberes, de aproximação com um saber estruturado. Muito difícil, raro mesmo, você conhecer um professor que fala do ato de ler como uma fonte de prazer, não somente um prazer estético, intelectual,

mas um prazer subjetivo, pessoal, sensível ao sujeito.

Essa parece ser a face dos processos de incentivo à leitura dentro das escolas. Uma experiência mecanizada, que tem apenas um caráter lógico, racional, técnico. Não se trata, portanto, de uma forma tão cativante assim de levar os jovens para o universo dos livros. Até mesmo quando os professores incentivam a ler obras ficcionais, por trás de sua argumentação está que esse livro pode ajudá-lo a melhorar em sua competência escritora, ampliando seus conhecimentos gramaticais, contribuindo para o enriquecimento de seu léxico e permitindo que veja a aplicação direta de diferentes convenções da escrita, como é o caso da pontuação ideal. Portanto, para o aluno, que está sendo estimulado a ler, a leitura é sempre um exercício monótono de aprendizagem, que não tem nenhum prazer de uma experiência de entretenimento e fruição, mesmo que ele tenha em suas mãos uma narrativa fabulosa, deve estar atento não ao arco do personagem com o qual se identificou, mas sim como o autor empregou a vírgula em seu texto e usou os operadores argumentativos para mantê-lo coeso.

Como se isso não já fosse suficientemente uma forma impeditiva de se formar leitores no Ensino Médio, temos algo muito mais grave: quando os professores pensam em iniciar projetos de incentivo à leitura, sua opção primária é sempre pelos clássicos. Tanto os livros didáticos quanto as práticas consolidadas nas escolas trazem uma lista de obras clássicas que se colocam diante dos alunos como indispensáveis para sua formação. Não apenas uma formação como leitor, mas seu processo de formação acadêmica, escolar, uma vez que se acredita que tais livros sejam essenciais para a constituição de um pensamento crítico, autônomo e primoroso. Alguns livros nos ajudam a pensar de maneira mais independente, nos remetem uma postura mais dinâmica, mais politizada. Não que isso seja verdadeiro, mas na ideia mais disseminada, apenas alguns clássicos permitem que isso aconteça entre os jovens ou qualquer outro leitor.

Nesse sentido, a ideia mais aceita é a de que só podemos nos apegar à leitura de algumas obras clássicas para que o jovem se torne aquilo que esperamos dele: um cidadão ético, crítico, engajado e autônomo. A defesa da leitura dos clássicos não para por aí. Por meio dessas obras, o aluno pode ter acesso a uma vasta experiência estética e artística, que não teria de outro modo, com obras não clássicas. Além disso, parte de seu entendimento de nossa sociedade atual, de nossa história, só será possível por meio da leitura dessas obras, que podem contribuir para uma visão mais aguçada e privilegiada de nossa trajetória, uma vez que revela os nossos aspectos culturais, sociais e políticos de uma maneira que nenhum outro

tipo de livro pode fazer. São, portanto, os únicos livros com os quais teremos contato com nossa identidade e influxos societários de toda ordem, sendo impossível se chegar a eles de outra maneira.

Dentro dessa lógica que a escola tem adotado, podemos nos perguntar se tal percurso tem sido bem-sucedido na formação de leitores no Ensino Médio. Ao que parece, forçar os alunos a ler obras de Machado de Assis e Shakespeare não tem conduzido a uma aproximação dos livros, mas a um sentimento de ojeriza e distanciamento. Não é raro ouvir frases de repulsa dos jovens diante de leitura que tiveram de fazer propostas pelos professores e livros didáticos. Os clássicos com que eles entraram em contato não fizeram qualquer bem, mas se tornaram obras das quais procuraram se distanciar cada vez mais. Nesse caso, não somente foram deletérias para que se criasse um prazer pela leitura como também inviabilizaram a leitura futura de outros clássicos. A ideia que se instala comumente entre os jovens é de que, tomando como ponto de partida os livros que foram lidos, os clássicos não sejam obras interessantes ou convidativas, mas monótonas, chatas, fastidiosas.

É claro que a visão sobre os clássicos que acaba se fixando nos jovens está ligada à forma como eles foram introduzidos em tais leituras. De forma similar, há também a ideia do que seria um clássico que está enraizada tanto nos livros didáticos quanto em parte majoritária dos professores. Há um discurso consolidado de que a leitura dos clássicos é fundamental, que precisa ser estimulada na escola, sobretudo ela tem sido instigada na etapa de Ensino Médio, quando se supõe que os estudantes estejam mais preparados cognitivamente para os estudos literários. Ao lado da história da literatura, sobretudo brasileira, mas em alguns casos a portuguesa também, os alunos são compelidos à leitura das obras que marcaram época. Autores como Machado de Assis, Gregório de Matos, Guimarães Rosa, Olavo Bilac, Luís de Camões, Gil Vicente e tantos outros figuram na lista de obras clássicas que devem ser lidas por esses jovens. São com essas indicações e tendo essas ideias como pilares que são implementadas muitas das práticas de incentivo à leitura no Ensino Médio.

Já aqui verificamos algumas inconsistências, sobretudo diante da noção do que seria um clássico para esses professores. Em sua visão única, um tanto distorcida, clássicos está associado a obras que marcam um determinado período da história da literatura, sejam ela brasileira, portuguesa ou até mesmo outras não tão comuns nas escolas, como a francesa, inglesa e alemã, cujas obras dificilmente são visitadas por esses professores em suas indicações. Parece que a ideia de um clássico atual e moderno não

pertence ao conceito desses profissionais e até mesmo certos teóricos que trabalham com tal noção. Se a ideia de clássico é duvidosa, a de que apenas eles podem ser úteis em sentido intelectual é ainda mais absurda. Já é um consenso entre os estudos das narrativas que as obras cujos personagens, tramas e cenários são construídos de forma sofisticada também podem ser extremamente significativas, não importa quando elas tenham sido escritas.

A fim de examinarmos de forma mais detida todas essas questões, bem como seguirmos em direção à nossa tese, que em breve será evidenciada, mas que já se apresenta no título deste ensaio, é preciso iniciarmos com uma revisão da definição de clássico. Por isso, elencamos uma que, a nosso ver, está mais condizente com que acreditamos ser tais obras em uma concepção muito mais inteligente sobre os livros e seus componentes fundamentais. Assim, seguiremos com uma releitura da ideia de clássicos defendida por Italo Calvino em seu *Por que ler os clássicos*. Em seguida, faremos nossa própria justificativa de por que ler os clássicos, dentro dessa concepção de Calvino, e, mais adiante, por que não ler os clássicos, dentro da ortodoxia que se instala nas escolas entre alguns professores e, sobretudo, por meio de obras didáticas.

Calvino (2002) afirma que os clássicos são:

1. Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: “Estou relendo...” e nunca “Estou lendo...”.
2. Dizem-se clássicos aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-los.
3. Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo e individual.
4. Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira.
5. Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura.
6. Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.
7. Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem e nos costumes).
8. Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente a repele para longe.
9. Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos.
10. Chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs.
11. O “seu” clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele.
12. Um clássico é um livro que vem antes de outro clássico; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele reconhece logo o seu lugar na genealogia.
13. É clássico aquilo

que tende a relegar as atualidades a posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo. 14. É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível. (CALVINO, 2002, p. 5-10)

Por ser um ficcionista, Italo Calvino traça uma definição, expressa em tópicos, que muito se assemelha a um texto literário. Em alguns momentos ele parece compor uma antítese, mas isso tem um objetivo nítido de apresentar a ambiguidade e a multiplicidade de ideias que está por trás de sua visão sobre os clássicos. Em seu ensaio, ele não atrela nenhuma dessas definições a uma delimitação, elas parecem se dilatar, bem como se aplicar a diversas obras. Por sua vez, uma vez que temos alguns elementos conceituais, não precisamos nos ater a todos eles ao mesmo tempo, mas encará-los como bases ideativas que se complementam, mas podem ser entendidas separadamente. É justamente o que ele faz ao mencionar obras que, em suas leituras, se configuram como clássicas. Quando afirma, por exemplo, que um clássico relega as atualidades a posição de barulho de fundo e ao mesmo tempo que os clássicos produzem uma nuvem de discursos críticos sobre eles, nós podemos associar a obras tanto antigas quanto atuais, uma vez que sempre poderemos citar textos que se encaixam dentro desses enquadramentos.

Parte do trabalho de definir o que é um clássico está em encontrar um conjunto de ideias que simplifiquem posições muito complexas e que podem ser aplicadas em obras de uma composição muito divergente. Assim, Calvino não se detém em apenas uma acepção de sua conceitualização, mas se estendem noções bem abrangentes e com desdobramentos plurais em uma capacidade de englobar obras de todos os espectros de análise que se possa imaginar. Como se pode notar em sua definição, um clássico tanto pode ser uma obra consagrada em algum momento da história da literatura como também um livro que tenha uma existência mais próxima do leitor, com uma inserção em um momento mais atual da produção literária. Em alguns momentos, esse clássico atrai uma crítica em abundância e, em outro, é uma peça que se encaixa mais dentro da percepção de um leitor de maneira individualizada, com uma visão muito particular sobre sua fruição estética e estilística e o impacto que o texto lhe causou e que pode ser compartilhado com tantos outros que tenham tido contato com ele.

Se, por um lado, Calvino não é taxativo e conciso em sua definição, por outro ele é bem sistemático, deixando para nós uma linha de raciocínio que pode facilmente ser percebida: em clássico é uma obra distintiva, que se eleva sobre outras, no tempo e no espaço, seja por sua composição ou

pelas impressões múltiplas que pode causar em quem a lê: ela permite uma vivência dentro da literatura que a distingue facilmente de outros trabalhos, deixando marcas e promovendo um diálogo tanto com quem a desfruta quanto com uma série de outros trabalhos da mesma natureza ou até mesmo divergente. Está mais no cruzamento entre o que se afirma sobre ela do que o que seu autor lhe conferiu ao escrever, bem como seus elementos constituintes foram trabalhados para que se tornasse um todo significativo e convincente, a tal ponto que ultrapassou os limites de seu alcance imediato e dentro de um círculo mais restrito de sua composição.

É claro que a ideia que Calvino apresenta se encaixa também com a de outros autores e até mesmo, em alguns pontos, com a que os livros didáticos e obras referenciais trazem sobre os clássicos. No entanto, em outros lugares, tais asserções são muito enrijecidas e tentam sedimentar um conjunto fechado, enquanto ele propõe um alargamento da visão sobre os clássicos, sobretudo quando ele propõe que nós tenhamos também nossos clássicos, que causam toda essa reviravolta em relação a outras obras apenas em nós mesmos.

Por conseguinte, resta-nos, neste momento, responder à mesma pergunta que Calvino propõe-me seu ensaio: por que ler os clássicos? Primeiro, é preciso que retomemos algumas ideias. De quais clássicos estamos falando? Para que fique claro, daqueles livros que estão listados como obras clássicas e são consagradas como tais tanto por professores quanto por teóricos da área de linguagens, muitos dos quais escrevem as obras didáticas e participam da construção de documentos norteadores do ensino em nosso país. Portanto, não se trata da definição de Italo Calvino que trataremos agora, mas dessa outra conceitualização, muito mais rígida, muito mais adstrita. Sim, concordamos que esses clássicos são de suma importância para a construção de um repertório sociocultural, isso ninguém é capaz de negar. Entretanto, a sua leitura seria apenas para se ter acesso a tais construtos e obter uma formação intelectual mais ampla? Não apenas isso, os clássicos também servem a um propósito de humanizar o conhecimento socialmente estruturado, que também se liga aos diferentes campos da compreensão humana da realidade. Tanto a arte, a ciência, as religiões e até mesmo o senso comum encontram pontos de convergência nesses livros.

A leitura dessas obras, assim, permite explorar mais de nossa sociedade, aquilo que não está tão visível em seus outros modos de operar com o conhecimento que a humanidade acumulou ao longo das eras. Os clássicos tornam a experiência de leitura um momento de extração de sentidos

não apenas cognitivos, mas também sociais e políticos. São obras que aguçam nossa inteligência, curiosidade e percepção sobre nós mesmos, sobre os seres humanos de uma forma geral e sobre o mundo e suas engrenagens intrincadas. Alguns autores defendem a leitura dessas obras também como um medicamento para as mazelas que nos assolam, e não estão enganados sobre isso. Os personagens que esses autores criaram, as tramas que eles vivenciam, a forma como os cenários e o conflito são apresentados, tudo isso nos sensibiliza para a condição em que nós também estamos inseridos. É uma forma de experienciar a realidade dada por equiparação, se trata de um exercício de mimesis que enriquece o sujeito social e psicologicamente, ajudando a lidar com suas emoções, com suas questões tão controversas, tão absurdas e tão insanas quanto aquelas sobre as quais ele leu de forma tão vívida em tais obras.

Se há tantos benefícios em ler tais textos, por que não ler os clássicos? Deve-se lê-los, mas quando estamos preparados para eles. Quando esses clássicos estiverem dentro de nossa experiência pessoal, quando adquirirem uma carga semântica que sejamos capazes de absorver. Não deve, portanto, ser uma leitura obrigatória, proposta nos livros didáticos ou pelos professores em um momento e que talvez sequer tenhamos vontade de ficar tanto tempo com um livro. Para um jovem que está habituado a jogos, filmes e séries, ler algo como *Os Sertões* pode ser um dos mais desastrosos modos de dizer a ele que os clássicos o podem fazer tanto bem. O livro certamente não permitirá uma experiência deleitosa, uma vez que se trata de um texto pouco convidativo para alguém que está em contato com tramas mais suaves e com vivências narrativas tão imersivas quanto as que os games proporcionam.

Antes de tudo, o que o professor está tentando fazer é convidar os jovens a se tornarem leitores. Então, começar pelos clássicos é exigir deles uma maturidade que ainda não se formou e que pode demorar um tempo até se concretizar. Mesmo leitores mais experientes levam tempo para se aventurar por algumas obras, como “Dom Casmurro”, “O cortiço”, “Lira dos Vinte Anos” e até mesmo “O tempo e o vento”. Muitos desses textos são até mesmo convidativos, mas para um leitor que já explorou muito do universo dos livros, que já possui uma capacidade de lidar com personagens e cenários, com enredos menos convencionais. Estamos em um ambiente em que a narrativa é muito explorada, até mesmo pelas grandes marcas em seu marketing, e isso faz com que jovens e adultos se habituem a um universo de tramas bem singelas, com uma linearidade tangível e com uma constituição bem fácil de ser digerida. Tudo que se distancia disso

pode ser encarado como insípido e confuso, até mesmo estranho a ponto de causar repulsa. Logo, acreditar que alguém lerá um poema, um conto, uma novela ou um romance clássico e terá afinidade imediata com a trama é ser muito ingênuo. Nem todas essas obras possuem uma composição singela e padronizada, algumas são mesmo uma grande inovação no plano narrativo, da forma e quase sempre do conteúdo. Esse fator dificulta ainda mais o contato com esses livros, que deve acontecer de forma gradativa, com uma introdução que pode ser operacionalizada a partir de experimentos de leitura muito mais simples. A leitura dos clássicos deve acontecer em duas vertentes que podem ser intercambiáveis ou independentes.

Em primeiro lugar, quando o leitor tiver formado sua própria percepção sobre tais obras e tiver uma maior familiaridade com a leitura de forma genérica, isto é, quando ele já for um leitor maduro, experiente, capaz de degustar uma obra com mais densidade de conteúdo e forma, que são os casos de todos esses livros considerados clássicos. Nunca deve levar-se um leitor inexperiente a experimentar um ambiente literário tão carregado de simbolismo, de erudição narrativa, de complexidade estética. O que pode acontecer é uma completa incompreensão do material que está sendo lido e uma inteira rejeição da obra, ela não está em um nível que possa ser tragado por esse leitor ainda. Há, então, em nossa concepção, um momento apropriado para a inserção em uma lista de obras como “O Quinze” e “Espumas flutuantes”. Antes disso, esse leitor precisa de outras incursões de leitura, em gêneros diversos, com um conteúdo que seja mais palatável a ele, que ele sinta que a leitura poder mais que um simples hábito.

A outra dimensão é a da perfeita compreensão e possibilidade de interpretação da obra em seu contexto sociocultural e histórico, o que só pode acontecer mediante uma leitura dirigida, que pode ser introduzida na escola, mas não de maneira tão extensiva. O professor pode, e deve, conduzir seu aluno aos clássicos. Não solicitando que leia integralmente “O triste fim de Policarpo Quaresma”, mas fazendo uma introdução ao seu autor e sua obra. Nesse momento de desbravamento, ele pode fazer leituras esporádicas de fragmentos, analisando estilo, forma, estética, construção de personagens, predicados que insira a obra em determinado contexto histórico e que a leve a ser encarada como significativa para nós em dada conjuntura. Essa espécie de apresentação pode acontecer com diferentes textos e autores, sempre de forma cuidadosa, e nunca solicitando que seja feita em seguida a leitura integral da obra em estudo. Quando o próprio aluno se sentir instigado, ele mesmo deve decidir por tal incursão.

Em hipótese alguma deve-se ler um clássico sem que ele seja legível, inteligível, para o seu leitor. Essa forma de se aproximar de uma obra dessa natureza só estraga sua experiência tanto com o livro em si quanto com seu autor, às vezes prejudicando suas futuras investidas em outras obras dele, que poderiam ter permitido uma aproximação muito mais amistosa e salutar. Isso pode acontecer tanto com alunos do Ensino Médio quanto com qualquer leitor desavisado. Em alguns momentos, aquele clássico exige um repertório que você ainda não traz consigo, então seria impossível aproveitar ao máximo o que o autor tenta evidenciar com seu texto.

Os alunos do Ensino Médio, embora estejam em sua etapa final da Educação Básica, ainda são muito carentes de expertises densas e vastas, o que muitas vezes resulta em um despreparo para leituras mais profundas e complexas. Só para citar um exemplo trivial: seria muito difícil exigir que lessem a “Ilíada”, de Homero, sem que eles tivessem um conhecimento mais contextual da Grécia Antiga e sua mitologia. Por sua vez, alguns jogos, como *God of War*, trazem elementos mitológicos, e poderiam ser aproveitados para o professor fazer uma introdução a esse conteúdo e posteriormente uma iniciação ao estudo da obra monumental de Homero.

A leitura dos clássicos está vinculada ao momento do leitor, ao seu nível de formação dentro das atividades de leitura. Assim como um personagem que está dentro de um romance de formação e atingiu um outro patamar em sua escala evolutiva, o leitor precisa se descobrir capaz de decodificar aquela obra, de se fixar nela e dela extrair seus sentidos. Em uma análise mais técnica, ele precisa ser capaz de produzir sua própria interpretação daquela obra e não se ancorar em outras percepções. Claro que isso não vai acontecer com um leitor que está engatinhando, e muito menos com um que leu o livro sob a pesada obrigatoriedade da escola, do professor ou do livro didático que estabeleceu aquele texto de João Cabal de Mello Neto como sendo imperativo para compreender este ou aquele episódio da trajetória da literatura nacional. Isso significa, não podemos negar, que alguns leitores estarão preparados para essa façanha ainda no Ensino Médio. Portanto, o professor pode, não defendemos que ele prescindisse disso, fazer uma introdução a tais obras, dentro dos limites que já mencionamos aqui. Seria uma fase introdutória que levaria todos os jovens a saber o que são esses clássicos e por que em algum momento eles precisam ser lidos. A decisão sobre a leitura recairia então sobre eles, quando se sentissem prontos, instigados a fazer essa incursão.

Uma vez que os jovens estão acostumados com outros tipos de

conteúdo, dos quais já falamos brevemente, eles precisam, antes de tudo, serem instigados a encarar os livros a partir de uma outra percepção, que não passa por uma atividade de cunho obrigatório. Toda vez que o ato de ler se torna algo imposto, ele se apresenta para os alunos, e para os jovens sobretudo, como algo que aprisiona, que impede de que tenham outros momentos de legítimo deleite. Assim, sempre que se pensam em iniciar um projeto em torno da leitura, já de imediato se comete um deslize que pode resultar no total fracasso do empreendimento: algo que se interpõe para esse público como um dever, sempre atrelado a coisas que estão muito distantes de suas vivências. Nesse contexto, nada mais destoante que muitos dos clássicos que figuram nessas listas impositivas, ainda mais intragáveis para os jovens por uma série de fatores. Em primeiro lugar, é preciso assegurar uma experimentação no campo da leitura, mesmo que ela parta de algo muito simples e que se distancie desse conteúdo mais denso que os clássicos imediatamente estão vinculados.

Pensando nesse aspecto do tipo de conteúdo que é muito acessado pelos jovens, podemos também fazer algumas associações diretas que podem ser úteis para o professor pensar nesse processo tanto de iniciação das práticas de leitura quando de introdução aos clássicos. Muitos filmes, séries e games são inspirados em obras literárias, algumas delas se encaixam nessa categoria de clássicos, mesmo que você adote uma visão bem menos convencional, e poderiam ser empregados para abrir um diálogo com esses jovens. Esses produtos culturais precisam ser identificados pelos professores, estudados e decompostos de modo que ele consiga fazer uma referência de alguma forma ao livro que tenha em mente fazer uma apresentação aos estudantes. Assim, partindo de um game, por exemplo, ele pode trazer elementos que aparecem em uma obra clássica. Para citar apenas um exemplo: muitos jogos digitais abordam o tema das guerras e outros conflitos violentos, seja em universos mais modernos ou fantasiosos, muito ligados ao imaginário medieval, e poderiam ser facilmente associados a leituras de obras clássicas que evocam esses aspectos, permitindo uma discussão tanto da temática quanto de personagens e até mesmo cenários.

Temos, portanto, tanto uma definição mais rígida quanto uma mais flexível do que seria um clássico. E, além disso, percepções que são complementares sobre como iniciar esse processo de aclimação com tais livros. Não defendemos uma fuga da ideia de se ler os clássicos, não se trata de uma apologia a não leitura dessas obras em si. O que a escola e os profissionais do magistério que atuam no Ensino Médio precisam entender, bem como alguns teóricos que trabalham em cima dessa ideia de forma

obsessiva, é que a leitura desses livros não pode ser uma prescrição, não se faz esse tipo de abordagem de maneira bem-sucedida, nem no Ensino Médio nem em qualquer outra etapa de ensino ou contexto pedagógico.

Além disso, com essas fórmulas enrijecidas do que seria um clássico e com tantos modelos inamovíveis, até mesmo um leitor mais familiarizado com os livros acham uma empreitada enfadonha ler obras assim. É quase uma norma já que clássicos sejam textos difíceis, inacessíveis e que exigem muita inteligência para que sejam apreciados. Claro que isso significa que tem prevalecido uma ideia muito unívoca sobre essa classe de livros.

Por isso, aqui caberia também uma revisão do conceito de clássico e uma sugestão de estratégias de incentivo à leitura para que o professor pudesse conduzir esses alunos do Ensino Médio ao prazer do texto. Nesse sentido, vamos nos ater ainda a uma ideia do Calvino, quando ele diz que o clássico é uma obra que funciona para cada um de nós como uma estrutura que impregna tudo ao nosso redor de sentido. Seria, portanto, um clássico aquele livro que se destaca aos nossos olhos por sua força expressiva, por sua capacidade de comunicar algo, de despertar um senso aguçado de desbravamento em cada leitor. Inevitavelmente, esse livro estaria na lista dos mais vendidos, discutidos, criticados e relidos. O que diferencia, então, essa obra para aquelas outras, que estão registradas na história das nossas letras? Além do nome do autor e sua importância em dado momento histórico, encontraremos poucos outros elementos que nos forneçam uma noção concreta de diferença entre uma obra e outra. Não nos cabe, portanto, fazer uma censura à ideia generalizada de clássicos, mas é possível propor uma dilatação dela. Seria um clássico todo livro que se distingue da multidão de outros livros e que apresenta elementos estéticos e estilísticos que são reconhecidamente louváveis por quem consegue analisá-los.

Desse modo, o professor deve começar apresentando para o aluno uma das ideias de Calvino sobre os clássicos. Não deve, por sua vez, trazer uma lista de obras que o aluno deve, obrigatoriamente, ler. Calvino diz que nosso clássico “é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele”. Se trata, por sua vez, de uma experiência de leitura toda nossa, que precisamos seguir a partir de nossas vivências, daquilo que nos cativa, que nos envolve, que nos impulsiona.

O professor deve orientar as práticas de leitura de modo que os alunos escolham seus clássicos, mesmo que eles optem por uma HQ em vez

de uma obra densa e volumosa de algum autor que a crítica ovaciona. É essa atitude de liberdade sobre o que ler, o que desbravar em seus momentos iniciáticos, que pode levar a um prazer do texto, à formação de leitores que foi malsucedida anteriormente e que agora se tenta corrigir. Talvez o fracasso tenha sido justamente essa postura do professor de ter sempre uma definição do que é uma leitura e do que deve ser lido, sem espaço para explorar o clássico que o aluno criou em seu imaginário.

Nesse caso, é preciso ter em mente uma ideia que sugerimos aqui anteriormente, e que perpassa tudo que já defendemos sobre o ato de ler e sobretudo esses processos que envolvem a motivação a novos leitores: a leitura não é um ato passivo e estanque, ela pode ser encarada também como um exercício de autoria. Tanto o fenômeno mais geral que envolve a relação direta do leitor com o livro, em que ele penetra na trama e se envolve com todos os seus elementos, reconstituindo isso em sua mente e conectando essas informações às suas emoções, quanto a partir do momento em que o leitor se descobre capaz de seguir percursos e itinerários em um único livro ou com um conjunto deles.

Os livros são empregados, nesses itinerários, para decodificar a realidade com a qual o leitor está estabelecendo contato. Se configura, portanto, como um suporte ideativo, emocional e intelectual, o que leva a uma leitura, decifração, de outros aspectos ao seu redor. Juntar todas essas peças e aplicar esses construtos que texto, trama, cenário, personagens lhe fornecem não é um ato passivo, mas exige uma ação inteligente e sensível do leitor. Nas obras clássicas, por sua vez, eles encontram isso tanto quanto em qualquer outra, mas de uma maneira que talvez ele mesmo não esteja familiarizado em suas vivências. Quando o clássico é construído por ele, em uma inequívoca expressão de autoria, já será capaz de articular de forma muito mais promissora seu itinerário de interpretação do que o instiga.

Antes de ler um clássico, o aluno precisa entender que a leitura é mais que uma ferramenta acadêmica. Na verdade, ele só terá essa visão sobre a leitura quando ele perceber por si só, ou com a ajuda de outra pessoa, que os livros são mais que fontes de saber, que eles permitem múltiplos contatos com outras mentalidades, expressa de forma sofisticada por seus autores. A leitura de base apenas formativa é altamente prejudicial para a escola e para o aluno, ela tira dessa prática todo o seu poder de transformação do sujeito. Ler apenas como um exercício cognitivo é um erro grosseiro, os livros estão muito além disso, mesmo os de não ficção. É preciso que o professor, antes de tudo, conduza o aluno ao processo de

degustação da leitura, que ele seja capaz de fazer com que da mesma forma que esses estudantes de conectam com games, filmes e séries, eles também possam se conectar com os livros e ter momentos de prazer de fato e não apenas uma dinâmica operativa.

É essa leitura que irá levar os alunos a mais cedo ou mais tarde se interessar pelos clássicos. Assim, eles serão não apenas lidos, mas também experienciados e desfrutados com todos os seus predicados. Não é sua leitura compulsória que mediará uma relação dessa natureza, seguir por esse caminho só distanciará cada vez mais os jovens leitores dessas obras tão excepcionais que povoam tanto a nossa literatura quanto todas as outras.

Além disso, um dos fundamentos deste trabalho é que o professor, a escola e os especialistas em temas que envolvem a formação de leitores, repensem as ideias em torno tanto das estratégias que são mobilizadas para se iniciar os jovens no universo dos livros quanto em torno do que nós chamamos de clássicos. Alguns conceitos são rígidos demais, precisam ser revisados até com mais criticidade. Estamos em uma sociedade que está cada vez mais fluída, com transições muito profundas, muitas delas demarcadas pelos avanços técnico-científicos. Em um campo conceitual, lidar com definições unívocas e homogêneas demais pode resultar em uma interpretação incompleta de fenômenos e temas que são caros a todos nós, sendo professores ou não.

A educação tem sofrido muito com essa resistência a mudanças paradigmáticas, o que nos leva a métodos e percursos que se revelam cada dia mais insatisfatórios. Textos como o de Calvino e ideias como as dele em torno dos clássicos são um delicioso e instigante convite a pensarmos e exercermos também nossa autoria, nos libertando de preceitos frágeis em uma ortodoxia moribunda. Se lemos os clássicos, algo deve ter ficado claro também para nós, suas principais diferenças para obras medíocres são a inventividade e ousadia de seus autores, o que nós também precisamos, como professores e leitores, cultivar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, R. *O prazer do texto*. Trad. de J. Guinsburg. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- CALVINO, I. *Por que ler os clássicos*. Trad. de Nilson Moulin. São

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Paulo: Cia das Letras, 2002.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 1989.